

Conferência

Línguas indígenas: vivas e em movimento

Bruna Franchetto (UFRJ, CNPq)

O Brasil é um país multilíngue, apesar de sua diversidade linguística ser silenciadas. Estima-se que ainda sobrevivem, em graus variados de vitalidade, em torno de 150 línguas ameríndias, faladas pelos habitantes originários dos territórios que se tornariam, conquistados, o Brasil. Quase a metade da diversidade linguística nativa sul-americana se encontra no Brasil, onde as línguas indígenas pertencem a 40 famílias linguísticas, além de umas duas dezenas de línguas isoladas. Outro aspecto da diversidade linguística sul-americana e brasileira não pode ser ignorado: a sobrevivência de sistemas regionais multilíngues, outrora norma e não exceção. Além do mosaico da região Guaporé e Mamoré e do pouco conhecido sistema dos vales dos rios Mapuera e Trombetas (nordeste amazônico), são conhecidos os sistemas alto-xinguano e do noroeste amazônico. Estimativas para a Amazônia dizem que, nos primeiros séculos da colônia foi perdido 85% das línguas autóctones. A maioria dessas línguas manifestam sinais de declínio em seus usos e como veículos privilegiados de transmissão de conhecimentos e práticas, quando não claramente ameaçadas de desaparecer nas aldeias e nas cidades. Há regiões onde o número de falantes da maioria das línguas está abaixo de 100. Muitas contam somente com uns poucos falantes idosos, seus filhos bilíngues e seus netos bilíngues passivos em língua indígena; a geração seguinte será, certamente, monolíngue na língua dominante. Várias línguas morrem duplamente, pois também não contam com qualquer documentação ou foram parcialmente e superficialmente descritas. O esfacelamento linguístico está estreitamente relacionado com a desintegração das comunidades de falantes, de seu modo de vida, de seu meio ambiente, em rápidos processos de conversão religiosa e de assimilação social e cultural. O último Censo (2010) fala claro: a transmissão esperada entre gerações é enfraquecida quando não interrompida. Apenas 37,4% dos 896.917 que se declararam “indígenas” falam sua língua nativa, a dos seus pais ou avós, e somente 17,5% desconhecem o português. O censo também revelou que 42,3% dos “indígenas” já não vivem em áreas indígenas e

que 36% se estabeleceram em cidades, sendo esta porcentagem em rápido crescimento. Dos que não estão mais em terras indígenas, apenas 12,7% falavam a(s) língua(s) dos seus pais ou avós. O português era falado por 76,9% dos “indígenas” e por praticamente todos os que vivem fora de suas terras (96,5%). A proporção de falantes de língua indígena entre 5 e 14 anos era de 45,9%, 59,1% dentro de terras indígenas e 16,2% fora delas. Nas terras indígenas, boa parte dos falantes de língua indígena não falavam português, sendo o maior percentual o dos indivíduos com mais de 50 anos (97,3%), enquanto, fora das terras, nessa mesma faixa etária, o Censo revelou um percentual bem menor (40,7% de falantes somente de língua indígena).

Invasão territorial, impacto ambiental, predação mercantil, pauperização cultural e material têm sido fatores da pressão exercida sobre grupos minoritários em direção à assimilação por sociedades dominantes e dominadas pelo Estado. Não são muitas as escolas indígenas que contam com programas de educação bilíngue ou que oferecem o ensino de língua indígena como segunda língua. Por outro lado, a última década viu um considerável esforço no que concerne a documentação e a descrição dessas “pequenas” línguas por parte de pesquisadores (indígenas e não) ligados a universidades e programas de documentação internacionais e nacionais, como o ProDoclin (Museu do Índio-FUNAI-RJ e UNESCO e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Pouco sabemos das situações de bilinguismo ou de multilinguismo no Brasil indígena, dos processos de transformação e de obsolescência linguísticas.

Não obstante, para vários povos indígenas, no Brasil e no mundo, as palavras de ordem, hoje, são: “revitalização” e “retomada”. É este momento histórico que esta conferência pretende também registrar e discutir, olhando para um futuro de esperança e não apenas de perdas. Línguas morrem, mas outras (res)surgem em processos de resgate. Línguas morrem e novas línguas surgem dos interstícios, nas fronteiras, num constante processo de criatividade expressiva, em novas variedades tanto orais como escritas.

O Censo de 2010 registrou falantes de línguas consideradas “extintas”, algumas delas há séculos. Muitas vezes, os que se autodeclararam para o censo como falantes de uma destas línguas pertencem a agrupamentos sociais que conseguiram ressurgir da invisibilidade e do silêncio. Em sua luta para o reconhecimento de sua existência e resistência, bem como de seus direitos territoriais, se declarar falantes de uma “língua extinta” é um corolário lógico e uma urgência política. Algumas dessas comunidades não ficam apenas na retórica política, mas estão, no momento, empenhados em se

apropriar de uma língua, seja junto a vizinhos falantes de variedade ou ‘língua’ aparentada (geneticamente e/ou historicamente), seja através de uma recriação por meio de engenharias sociolinguísticas extremamente criativas. Novas vidas e novas línguas voltam a povoar uma paisagem de perda e subtração, em iniciativas espontâneas de revitalização, sacudindo a omissão e à revelia das tímidas e fragmentadas políticas linguísticas do estado. Em suma, é a noção de “língua” como construto político que interessa, agora: “língua” declarada para existir, resistir, reagir.